



REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DA BOLSA DE ESTUDO
CONSELHEIRA MARIA DOS PRAZERES BELEZA

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento define os termos da atribuição da bolsa de estudo, designada Conselheira Maria dos Prazeres Beleza.

Artigo 2.º

Atribuição de bolsa Conselheira Maria dos Prazeres Beleza

1. Anualmente serão atribuídas duas bolsas de estudo Conselheira Maria dos Prazeres Beleza a alunos que frequentem a licenciatura na Faculdade de Direito – Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa.
2. Estas bolsas derivam do Fundo Social de Apoio aos Alunos de Direito – Escola de Lisboa, detido pela Universidade Católica Portuguesa.

Artigo 3.º

Valor da bolsa de estudo

1. A bolsa de estudos Conselheira Maria dos Prazeres Beleza cobre o pagamento integral das propinas mensais devidas pela frequência da licenciatura na Faculdade de Direito - Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, a partir do mês em que é concedida e até ao final do ano letivo a que corresponde.
2. A bolsa não cobre o pagamento da taxa de inscrição e de outras taxas ou multas devidas em conformidade com os regulamentos da Universidade ou da Faculdade de Direito

Artigo 4.º

Período de atribuição da bolsa de estudo

1. A bolsa de estudo vigorará, independentemente do mês de início, até ao final do ano letivo a que diz respeito.
2. A concessão de bolsa poderá ser renovada anualmente, até um máximo de quatro renovações.

Artigo 5.º

Candidatos à atribuição inicial da bolsa de estudo

Poderão candidatar-se à bolsa de estudo:

- a. Os alunos que, nesse ano, tenham apresentado a sua candidatura pela primeira vez no ensino superior na licenciatura oferecida pela Faculdade de Direito – Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa e aí tenham ingressado pela via do acesso ao ensino superior com a nota mínima de 150 pontos numa escala de 0 a 200; e
- b. Os alunos que estejam a frequentar o curso de Direito na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, que tenham, no ano anterior, obtido aprovação a pelo menos 60% do número total de créditos previsto no plano curricular indicativo do ano que frequentou e tenham uma média de curso igual ou superior a 12,00 valores.

Artigo 6.º

Condições de atribuição inicial da bolsa de estudo

1. Considera-se elegível, para efeitos de atribuição inicial da bolsa de estudo, o estudante que, cumulativamente:
 - a) Esteja inscrito no número de ECTS previsto no plano curricular indicativo do ano letivo em que se candidata;
 - b) O rendimento *per capita* do agregado familiar em que está integrado seja igual ou inferior a 20 vezes o indexante dos apoios sociais em vigor no início do ano letivo, acrescido do valor da propina máxima anualmente

fixada para o 1.º ciclo de estudos do ensino superior público nos termos legais em vigor.

2. As bolsas de estudo serão atribuídas de acordo com a seriação feita tendo por base o rendimento *per capita* do agregado familiar dos candidatos.
3. Caso se verifique igualdade de rendimento *per capita* do agregado familiar, a bolsa será atribuída ao requerente que apresentar a nota de acesso mais elevada.
4. O agregado familiar do estudante é constituído pelo próprio e pelas pessoas que com ele vivem em comunhão de mesa, habitação e rendimento, nos termos previstos pelo artigo 4º, 1 do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior - Despacho nº 7031-B/2015, de 24 de Junho

Artigo 7.º

Condições de renovação de bolsa de estudo

A renovação depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) Inscrição num mínimo de 30 ECTS para o semestre correspondente ao do pedido da bolsa, salvo nos casos em que se encontre inscrito num número de ECTS inferior por estar a concluir o curso;
- b) Aprovação, no último ano em que esteve inscrito em, pelo menos:
 $NC \times 0,6$, se $NC \geq 60$;
36 ECTS, se $NC < 60$ e $NC \geq 36$;
NC, se $NC < 36$;
em que NC corresponde ao número de ECTS em que esteve inscrito no último ano de inscrição;
- c) Possibilidade de conclusão do curso com um número total de inscrições anuais não superior a $n + 1$, sendo n a duração normal do curso;
- d) O rendimento *per capita* do agregado familiar em que está integrado seja igual ou inferior a 20 vezes o indexante dos apoios sociais em vigor no início do ano letivo, acrescido do valor da propina máxima anualmente

fixada para o 1.º ciclo de estudos do ensino superior público nos termos legais em vigor.

Artigo 8.º

Estudantes em mobilidade

Os estudantes a quem seja atribuída bolsa de estudo e que realizem um período de estudos em mobilidade, no país ou no estrangeiro, no âmbito de programas legalmente reconhecidos, conservam o direito à percepção da bolsa, nos termos do presente regulamento, durante o período de mobilidade, para o efeito de pagamento da propina devida à Faculdade de Direito – Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa.

Artigo 9.º

Requerimento

1. A atribuição de bolsa de estudo depende de requerimento submetido pelo candidato junto do GApA (Gabinete de Apoio ao Aluno) da Universidade Católica Portuguesa, dirigido ao Reitor.
2. O requerimento é efetuado obrigatoriamente através do preenchimento de formulários existentes para o efeito e instruído com os documentos necessários à prova das informações prestadas.

Artigo 10.º

Instrução do requerimento

1. Os requerentes devem apresentar os seguintes documentos:
 - a) Original do boletim de candidatura preenchido;
 - b) Cartão do Cidadão, para alunos de nacionalidade portuguesa;
 - c) Título válido de residência, para alunos nacionais de países não pertencentes à União Europeia;
 - d) Cartão de residente ou certificado de registo de cidadão da União, para

alunos nacionais de países da União Europeia;

- e) Comprovativo do Estatuto de Igualdade de Direitos, para alunos com nacionalidade brasileira;
- f) Cópia dos três últimos recibos de vencimento de todos os membros do agregado familiar que exercem atividade remunerada por conta de outrem;
- g) Cópia da Declaração de IRS do ano civil imediatamente anterior ao ano da candidatura à bolsa, e respetivos anexos, de todos os membros do agregado familiar;
- h) Cópia do comprovativo de Liquidação do IRS a que se refere a alínea anterior;
- i) Cópia da Declaração de IRC do ano civil imediatamente anterior ao ano da candidatura à bolsa, e respetivos anexos, da(s) sociedade(s) de que algum dos membros do agregado familiar seja sócio, bem como fotocópia da Certidão de Registo Comercial dessa mesma sociedade (atualizada);
- j) Comprovativo do montante anual de pensões do ano anterior, caso não sejam declaradas em sede de IRS;
- k) Documento comprovativo de despedimento, emitido pela entidade patronal, e de inscrição no Centro de Emprego – caso algum dos membros do agregado esteja desempregado;
- l) Cópia do subsídio de desemprego e/ou Rendimento Social de Inserção, dos últimos três meses, de todos os membros do agregado familiar que dele auferiram;
- m) Cópia dos três últimos recibos de renda de casa ou comprovativo de montante pago para amortização de empréstimo para habitação permanente;
- n) Comprovativo do pagamento do IMI ou comprovativo de isenção de IMI, caso o agregado seja proprietário de bens imóveis;

- o) Lista de prédios, emitida pela Autoridade Tributária, em nome de cada um dos membros do agregado familiar à data de 31 de dezembro do ano anterior (caso nenhum dos membros do agregado familiar seja proprietário deverá entregar declaração comprovativa disso mesmo);
- p) Comprovativo de doença crónica ou prolongada do próprio ou de algum membro do agregado familiar, quando aquela exija gastos fixos;
- q) Boletim de inscrição no Programa ISVP (Programa de Incentivos à Solidariedade e Valorização Profissional), devidamente preenchido; e
- r) Declaração de honra escrita e assinada pelo aluno a confirmar a autenticidade das declarações prestadas e dos documentos apresentados.

2. A informação e os documentos solicitados destinam-se, nos termos do presente regulamento, designadamente a:

- a) Verificar a satisfação das condições de elegibilidade;
- b) Calcular o rendimento *per capita* do agregado familiar.

3. O aluno que requeira a renovação da bolsa concedida no ano anterior deve proceder à atualização da documentação.

4. O aluno é integralmente responsável pela veracidade e integralidade das informações prestadas e documentos entregues, nos termos dos princípios da confiança e da boa-fé.

5. Os erros ou omissões cometidas nas informações prestadas e nos documentos entregues são da exclusiva responsabilidade do aluno.

Artigo 11.º

Prazos

- 1. Os prazos para submissão do requerimento e para a sua apreciação são anualmente divulgados.
- 2. Poderão ser apresentadas candidaturas fora do prazo, caso a dificuldade financeira ocorra em momento posterior, desde que devidamente

comprovada.

3. As candidaturas apresentadas fora de prazo apenas serão apreciadas caso haja alguma bolsa por atribuir.

Artigo 12.º

Informações complementares e apresentação de documentos

Até à decisão de atribuição ou renovação da bolsa, bem como em ações de controlo aleatórias, podem ser solicitadas aos requerentes informações complementares ou a apresentação de documentos originais que comprovem a veracidade das declarações prestadas.

Artigo 13.º

Rendimentos e despesas a considerar

1. O rendimento do agregado familiar é o valor resultante da soma dos seguintes valores, líquidos, auferidos pelo requerente e pelos demais elementos do agregado familiar:

- a) Rendimentos de trabalho dependente;
- b) Rendimentos empresariais e profissionais;
- c) Rendimentos de capitais;
- d) Rendimentos prediais;
- e) Pensões;
- f) Prestações sociais;
- g) Apoios à habitação com carácter de regularidade;
- h) Bolsas de formação.

2. Os rendimentos referidos no presente artigo reportam-se ao ano civil anterior ao do início do ano letivo a que se refere o requerimento de bolsa de estudo, desde que os meios de prova se encontrem disponíveis, e, quando tal se não verifique, reportam-se ao ano civil imediatamente anterior àquele.

3. O rendimento *per capita* do agregado familiar, para efeitos do artigo 5º, alínea d) é o

valor resultante da divisão do rendimento líquido do agregado familiar, deduzidas as despesas de habitação permanente e /ou doença crónica ou prolongada, pelo número de pessoas que o constituem.

Artigo 14.º

Casos especiais de determinação do rendimento

1. Quando o agregado familiar não apresenta rendimentos ou as suas fontes de rendimento não sejam perceptíveis, os serviços que procedem à análise do requerimento devem entrevistar o requerente, de modo a apurar a veracidade dos rendimentos declarados e a situação familiar e social do seu agregado, podendo ser solicitados documentos complementares, designadamente documentos oficiais que comprovem as declarações prestadas.
2. Nas situações a que se refere o número anterior, podem, sob compromisso de honra ou desde que apresentado o respetivo comprovativo, ser considerados como rendimento, entre outros, ajudas provenientes de terceiros, subsídios agrícolas, rendimentos sujeitos a taxas liberatórias e rendimentos de trabalho não declarados em sede de IRS.

Artigo 15.º

Competência para a análise e decisão dos requerimentos

1. A análise e decisão dos requerimentos é da competência do GApA.
2. A decisão do GApA depende de aprovação prévia da Reitoria.

Artigo 16.º

Indeferimento liminar

É causa de indeferimento liminar do requerimento:

- a) A submissão do mesmo, incluindo os documentos que o devam instruir, fora dos prazos definidos no presente regulamento;
- b) A instrução incompleta do processo.

Artigo 17.º

Cessação da bolsa de estudo

1. Constitui motivo para a cessação do direito à percepção da bolsa de estudo a perda, a qualquer título, da qualidade de aluno da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
2. A cessação do direito à bolsa de estudo reporta-se ao mês em que perdeu a qualidade de aluno.
3. O estudante fica obrigado a repor quaisquer quantias indevidamente recebidas.

Artigo 18.º

Não atribuição de bolsa

Caso não haja, num dado ano letivo, atribuição de alguma das bolsas previstas, os fundos não utilizados serão retidos e destinados a bolsas a atribuir posteriormente, com base nos critérios previstos no presente regulamento.

Artigo 19º

Não abertura de concurso

1. A Universidade Católica Portuguesa reserva-se o direito de, unilateralmente e sem necessidade de comunicação prévia, não abrir concurso para a atribuição da bolsa Conselheira Maria dos Prazeres Beleza.
2. A decisão de não abertura de concurso não prejudica a renovação de bolsa dos alunos que já dela beneficiam.

Artigo 20º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor a partir do ano letivo 2017/2018.